



Observatório de Política Externa Brasileira

– Informe de Política Externa Brasileira – Nº 39 Abril – 2013

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Veja*, *Carta Capital* e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo e Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo Congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;

Mestrando em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUC-SP): Camila Cristina Ribeiro Luis (bolsista CAPES); Raphael Camargo Lima (bolsista CAPES);

Graduados em Relações Internacionais: José Augusto Zague, Sarah Machado



Observatório de Política Externa Brasileira

Em abril os periódicos observados veicularam um volume considerável de editoriais referentes à política externa brasileira, enfatizando, especialmente, diversos aspectos das relações regionais sul-americanas. As expectativas em torno da transição política tanto na Venezuela como no Paraguai foram temas de maior repercussão na mídia devido à ênfase demonstrada pelo governo brasileiro aos organismos de integração regional e à orientação política do governo de Dilma Rousseff. Da mesma forma, também foi abordada a reunião bilateral entre Brasil e Argentina. Por outro lado, as Revistas Carta Capital e Veja não trouxeram reportagens sobre Política Exterior brasileira.

BRICS

O Jornal *Folha de S. Paulo* considerou positiva a iniciativa dos BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) em tentar criar instituições internacionais alternativas às existentes, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Segundo o jornal, tal medida aponta que o grupo pretende ser mais do que mera oposição ao poder euro-americano, acrescentando, entretanto, que essa é uma ideia que precisa ser desenvolvida.

O diário afirma que o Brasil parece não ter clareza de seus objetivos: pretende receber algum investimento, emprestar mais recursos a países da América do Sul e reforçar sua posição na África, continente também prioritário para os indianos. Além disso, alguns interesses econômicos e políticos dos BRICS diluem a influência do grupo. Por fim, o periódico nota que sem instrumentos de atuação conjunta, tais como instituições econômicas multilaterais, o grupo tende a ter prestígio apenas retórico na diplomacia mundial.

Unasul

Segundo a *Folha de S. Paulo*, a reunião extraordinária da UNASUL em Lima, no Peru, para reconhecer a legitimidade do presidente eleito na



Observatório de Política Externa Brasileira

Venezuela, Nicolas Maduro, foi precipitada. A única decisão tomada na reunião foi que toda contestação à vitória de Nicolas Maduro deveria ser resolvida a partir do ordenamento institucional venezuelano. De acordo com o periódico, este é um posicionamento aceitável, embora o reconhecimento pleno devesse aguardar a decantação dos fatos.

O diário ainda lembra que tratamento diferente foi dado ao Paraguai, onde um presidente foi destituído pelos mecanismos constitucionais, ainda que de forma contestável. A explicação seria que, no Paraguai, o líder destituído era favorável ao chavismo. Por fim, o jornal lamenta o fato de a presidente Dilma Rousseff ter participado desses fatos, deixando de lado uma tradição ponderada de diplomacia regional.

Tanto a Folha de S. Paulo quanto o Estado de S. Paulo e a revista Veja têm criticado a postura do governo brasileiro e dos organismos regionais dos quais o país faz parte em relação às diferenças de tratamento dado aos últimos acontecimentos em países membros dos blocos. A explicação mais difundida pelos periódicos é de que o processo de integração mudou, priorizando as relações entre governos que compartilham determinados aspectos ideológicos em detrimento das relações estratégicas dos Estados enquanto atores no cenário regional.

A crítica pode fazer algum sentido quando se trata de alinhamento de governos ou mandatários ideologicamente conectados, mas não é suficiente para explicar o fato de que a UNASUL, por exemplo, é composta de governos, como o do Chile e da Colômbia, que vêm de um outro campo ideológico mas que reconheceram, na mesma, as resoluções feitas no âmbito do organismo.

Eleições na Venezuela

Em 19 de abril, a presidente Dilma Rousseff viajou à Venezuela para prestigiar a posse do presidente eleito, Nicolás Maduro, após a morte de Hugo Chávez. No mesmo dia, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial



Observatório de Política Externa Brasileira

afirmando que a presidente brasileira estava dando apoio formal a um governo cuja legitimidade é controversa. Maduro foi eleito por uma porcentagem de voto pouco expressiva em relação ao candidato da oposição, Henrique Capriles, que exigiu recontagem dos votos.

Diante dos mortos em confrontos de rua e das incertezas sobre os resultados da eleição, diversos países adiaram o reconhecimento da vitória de Maduro. Para os Estados Unidos e a União Europeia, a recontagem pedida por Capriles seria importante para conferir ao eleito legitimidade, posto que o pleito está sob suspeição. Por isso, o diário criticou o reconhecimento a Maduro conferido pelo governo de Dilma, afirmando que, alinhado aos governos intitulados bolivarianos como Argentina, Bolívia e Equador, a presidente brasileira legitimou muito rapidamente Nicolás Maduro, criando confronto desnecessário com os Estados Unidos.

Em editorial publicado no dia 28 de abril, *O Estado de S. Paulo* novamente comentou a transição política na Venezuela e seus efeitos para a América do Sul, destacando que a Venezuela se encontra em um estado de grande tensão e divisão interna, mas o novo governante eleito, Nicolás Maduro, age como se tivesse obtido a ampla maioria dos votos válidos. Segundo o jornal, Maduro e sua equipe de governo articularam para que o opositor, Henrique Capriles, fosse condenado pelos protestos que manifestam a divisão do país.

Após descrever a atmosfera de tensão na Venezuela, *O Estado de S. Paulo* defendeu novamente que o governo brasileiro de Dilma Rousseff respaldou integralmente Nicolás Maduro, dizendo-lhe que “estava pronta para trabalhar junto”. Da mesma forma, o jornal questionou o fato de Maduro ter reiterado o compromisso com o processo democrático e a presidente brasileira não ter mencionando, em nenhum momento, a necessidade de restauração de um mínimo de normalidade democrática no país. Na opinião do periódico, o principal líder de oposição corre risco de ir para a cadeia e o processo eleitoral teve indícios fortes de ter sido manipulado, mas o governo brasileiro e seus parceiros regionais agem como se houvesse, na Venezuela, o mais perfeito



Observatório de Política Externa Brasileira

Estado de direito e como se o diálogo que Maduro prometeu à oposição fosse possível em meio a tanta truculência.

Os periódicos replicam com naturalidade, uma intervenção maior do Brasil no processo político eleitoral venezuelano. Cobrar da presidente Dilma Rousseff declaração crítica ao processo eleitoral venezuelano, como fez o jornal *O Estado de S. Paulo*, equivale no campo das relações internacionais a uma interferência nos assuntos internos do país vizinho, na contramão da tradição diplomática do Itamaraty, de respeito a autodeterminação dos povos. Ao defender uma posição crítica do governo brasileiro, os periódicos revelam sua disposição, para ressaltar as diferenças no comportamento entre a diplomacia brasileira e a estadunidense, esta última crítica ao processo eleitoral na Venezuela, como forma de evidenciar o desconforto de parte da imprensa brasileira com o distanciamento entre as posições de Brasília e Washington no campo da política externa. Não deve escapar à análise, que a comparação entre a atual situação venezuelana com a destituição do ex-presidente Fernando Lugo no Paraguai, exemplo utilizado pelos periódicos para criticar uma pretensa seletividade do Brasil em favor da Venezuela por motivação político-ideológica, deve ser relativizada. Cabe ressaltar que no Paraguai, membro do Mercosul e signatário do tratado multilateral do bloco que contempla a cláusula democrática, a destituição de Lugo, ainda que revestida por verniz de legalidade, não obedeceu aos requisitos mínimos atinentes à garantia de ampla defesa, princípio consagrado pelos regimes democráticos. Na Venezuela, as eleições foram realizadas através de um sistema de contagem eleitoral eletrônico, acompanhado da possibilidade de ampla fiscalização por parte da oposição nas seções eleitorais e por meio de um recibo entregue ao eleitor em que revela a sua opção durante o processo de votação.

Eleições no Paraguai



Observatório de Política Externa Brasileira

Em editorial publicado no dia 21 de abril, a *Folha de S. Paulo* comentou a transição eleitoral do Paraguai. Segundo o jornal, havia uma expectativa de que o resultado das eleições ajudasse a estabilizar as relações com os vizinhos, principalmente com o Brasil. O periódico indicou que Horacio Cartes, do Partido Colorado, era o favorito e que, a despeito de posições conservadoras em temas relacionados à moralidade e ao homossexualismo, o candidato tinha sinalizado um desejo de voltar rapidamente ao Mercosul.

A *Folha de S. Paulo* comentou ainda, em editorial publicado no dia 24 de abril, sobre o envolvimento de Cartes com o tráfico de drogas, as características de sua agremiação de base conservadora, o Partido Colorado, e o papel que o novo presidente teve na tentativa de revitalizar o partido com seu poderio econômico. Segundo o periódico, ao contrário de seu antecessor, Fernando Lugo, Cartes vinha demonstrando mais pragmatismo. Nesse sentido, o bom momento econômico vivido pelo Paraguai aliado a sua característica de apoio ao Congresso facilitariam a governabilidade do país.

Após apontamentos sobre os desafios que o próximo presidente paraguaio teria, o periódico defendeu a posição de que o Brasil deveria apoiar um “regresso honroso” do Paraguai no Mercosul com o intuito de minimizar o erro de incluir a Venezuela à revelia do Congresso paraguaio. Para a *Folha de S. Paulo*, caberia ao Brasil e aos demais membros do Mercosul promover uma rápida reintegração do Paraguai no bloco. Na opinião do jornal, até a posse de Cartes, no dia 15 de agosto, haveria tempo suficiente para negociarem um acordo digno de retorno do país ao bloco. Da mesma forma, comentou que tal roteiro de reintegração seria importante pelo fato de o Paraguai ter acompanhado a manobra casuística de integração da Venezuela ao Mercosul, evento que teria manchado a diplomacia brasileira.

A *Folha de S. Paulo* concluiu advogando que, apesar de o preço da energia vendida ao Brasil ainda ser um tema polêmico na agenda eleitoral do Paraguai, a eleição de Cartes deveria sinalizar para o governo brasileiro tratar o país vizinho com “mais respeito e menos ideologia”. Segundo o jornal, as complexas relações bilaterais com o Paraguai, devido às questões dos



Observatório de Política Externa Brasileira

brasiguaios, do narcotráfico e de Itaipu, exigem que o Brasil tenha uma relação de proximidade com o Paraguai e Cartes fará grandes esforços para evitar o isolamento de seu país.

Apesar de não ter o peso econômico da Venezuela no Mercosul, o Paraguai não deixa de ser um parceiro estratégico no bloco. Não reagregá-lo ao bloco seria contraproducente para a política de integração regional, até então prioridade para as políticas externas dos países da região em dois aspectos principais. Primeiro porque o país, ao buscar alternativas através de acordos bilaterais fora do bloco, pode influenciar negativamente a política regional revivendo ideias já rechaçadas anteriormente, como a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo. Depois, mesmo que fora do Mercosul, o Paraguai ainda compartilha questões importantes com Brasil, como a Usina de Itaipu e com a Argentina, com a qual o Paraguai também tem uma usina hidrelétrica em comum, para além de diversos tratados e acordos firmados antes da criação do bloco. Assim, tanto quanto a entrada da Venezuela, a reintegração do Paraguai é necessária para a boa condução da política de integração regional. Os jornais tem razão ao pontuarem que há espaço e tempo para negociações até a posse do novo mandatário paraguaio. Tendo um histórico pragmático, é provável que a diplomacia brasileira atue neste sentido.

Relações bilaterais Brasil-Argentina

Em editorial publicado no dia 27 de abril, *O Estado de S. Paulo* defendeu que o encontro bilateral entre a presidente brasileira, Dilma Rousseff, e sua homóloga argentina, Cristina Kirchner, será lembrada como um encontro em que pouco se mencionou de interesse bilateral dos dois países. Segundo o jornal, o único tema relevante tratado foi a decisão da Vale do Rio Doce de suspender seu investimento de US\$ 6 bilhões na província argentina de Mendonza. O governo Kirchner esperava conseguir o apoio da presidente



Observatório de Política Externa Brasileira

Rousseff para retomar o projeto interrompido, todavia, a presidente brasileira não se comprometeu explicitamente a intervir na estratégia de uma empresa privada.

O jornal questionou as declarações vagas de Rousseff à imprensa do país referentes ao caso da Vale, à crise internacional e às relações bilaterais. Segundo o periódico, os empresários brasileiros que investem na Argentina gostariam de acreditar que as palavras da presidente Rousseff não são vazias, como foi a reunião com Cristina Kirchner, contudo, a experiência dos últimos anos demonstra não haver mais esperanças. O periódico criticou a aceitação do governo brasileiro das barreiras e medidas de restrição aos produtos brasileiros na Argentina, mesmo que firam o estatuto do Mercosul. Da mesma forma, o jornal reitera que o estatuto automotivo entre Argentina e Brasil também fere o Mercosul, e que já está em vigor há muitos anos, mas que o governo argentino insistentemente renova.

Por outro lado, em editorial publicado no dia 29 de abril, o *Correio Braziliense* defendeu que, no encontro, a postura da presidente brasileira no concernente a uma eventual desistência da Vale do projeto de potássio Rio Colorado, em Mendonza, na Argentina, foi louvável. Segundo o editorial, o fato de a Vale ter recuado após ter investido um valor de US\$ 1 bilhão e de que a austeridade adotada pela empresa ter remunerado os acionistas frente à baixa das commodities tornam pouco provável que a empresa retorne o investimento em um país de grandes incertezas.

O *Correio Braziliense* defendeu que, desde que a Argentina declarou moratória em 2002, o país tem tido a necessidade de gerar superávits. Muitos deles à custa dos exportadores brasileiros, que são mal-tratados pelo excesso de barreiras e burocracias. Para o editorial, nem mesmo o acordo automotivo entre Brasil e Argentina parece surtir efeito sobre esse cenário e o governo argentino tem preferido parceiros asiáticos aos parceiros no Mercosul, em razão de sua alta inflação. O argumento central referente à Política Externa Brasileira resume-se à excessiva leniência do governo do Brasil, que se demonstra interessado na recuperação econômica da Argentina. Conclui-se



Observatório de Política Externa Brasileira

reconhecendo que há um limite na aceitação desses padrões, e, para o periódico, parece ter chegado o momento de tratar a Argentina da mesma forma que o governo trata os demais parceiros com os quais negocia.

A despeito de adotarem caminhos diferentes, as conclusões a que *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* chegam são semelhantes.

O primeiro segue uma tendência do jornal – já observada em outras oportunidades nesse Observatório – de negar a utilidade das opções diplomáticas brasileiras na América do Sul e vinculá-la a um processo de ideologização da política externa imputada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Nesse caso específico, a negociação entre Rousseff e Kirchner foi tratada como vazia e sem conteúdo prático. O segundo, por outro lado, apresenta opiniões mais moderadas no concernente à política externa brasileira, nas poucas vezes que as apresenta. No caso da Vale e da visita de Rousseff à Argentina, o *Correio Braziliense* imputa menos peso à noção de “ideologização” e mais peso à estratégia política brasileira na América do Sul. Contudo, mesmo tendo opiniões que divergem em seu método de pensamento, as conclusões acabam por convergir na noção de que Brasil deveria oferecer retaliações mais severas à Argentina.

A insatisfação com a Argentina não é, portanto, uma questão que manifesta-se apenas na região Sudeste ou no estado de São Paulo. Nesse sentido, pode-se inferir, ainda que preliminarmente e a esse caso restrito, que a questão geográfica não é um aspecto determinante para a opinião dos periódicos sobre o caso. Ao revés, parece que assumir o papel de partido de oposição, ignorando muitas vezes que a Política Externa deve transcender um momento de governo ou um tema específico, não buscam relações menos imediatas nos atos de governo e, com isso, deixam de exercer o papel de informação ao conjunto dos cidadãos que é a atividade precípua do imprensa. Destarte, no caso específico da relação entre Argentina e Brasil, não se preocupam, por exemplo, em verificar como acontecem as decisões e alianças no interior da Rodada Doha, o que permitiria, quiçá, visualizar outras



Observatório de Política Externa Brasileira

motivações do que é muitas vezes chamado convivência do Brasil com o desrespeito às regras do Mercosul por parte da Argentina.

Referências:

Correio Braziliense – Visão do Correio: **Os difíceis parceiros argentinos** – 29/04/2013.

Folha de S. Paulo – Opinião: **As Obras dos BRICS** – 01/04/2013.

Folha de S. Paulo – Opinião: **Contraordem chavista** – 20/04/2013.

Folha de S. Paulo – Opinião: **Transição no Paraguai** – 21/04/2013.

Folha de S. Paulo – Opinião: **Parceiro difícil** – 24/04/2013.

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Apoio de Dilma a Maduro** – 19/04/2013.

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **‘Diálogo’ na Venezuela** – 26/04/2013.

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: **Uma reunião vazia** – 27/04/2013.